

EDITORIAL

POR UMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ANTIRRACISTA

ANTONIO PEREIRA*

<https://orcid.org/0000-0001-6428-9454>

Este Dossiê aborda uma temática central e permanente na ordem do dia, “as relações raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA): potencialidades, limites e desafios da implementação das leis n.º10.639/03 e n.º11.645/08”. Tal centralidade se dá pelo fato de que o racismo é concreto e cada dia se metamorfoseia nas estranhas da sociedade brasileira e mundial, portanto requerendo estratégias de luta contra o racismo, sendo a educação uma dessas possibilidades concretas de intervenção antirracista no seio da escola e conseqüentemente da sociedade. Todavia, não podemos nos iludir com um pensamento exageradamente otimista de que a educação e a escola são as salvadoras da humanidade, ou que vão resolver ou minimizar o racismo, ledo engano! Posto que o racismo não é autoexplicativo, demanda de uma compreensão interseccional, portanto as ações de combate precisam ser no contexto de políticas intersetoriais, que venham exercer uma práxis antirracista, nascida e sustentada no movimento negro do país.

A Lei 10. 639/2003 (modificada pela Lei 11.645/08 que incluiu a história e cultura dos povos indígenas) é oriunda do movimento negro do país, que desde os anos de 1930, quando da fundação da Frente Negra Unificada (FNB) vem lutando contra a aniquilação histórica e social do povo negro, começando pela desromantização do mito da democracia racial, da denúncia da opressão do Estado e

do mercado de trabalho contra a população negra, da cobrança do sistema escolar em democratizar uma escolarização de qualidade para as crianças negras e pobres deste país, dentre outras ações (Paula, 2023). Esta Lei é, concretamente, o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar brasileiro, mas que infelizmente sua implementação na rede escolar brasileira vem se dando lentamente, porque vem enfrentando resistências concretas e ideológicas, sendo a maior delas, o próprio racismo que está na base da escola, ou seja, de seus agentes pedagógicos.

Não temos dúvidas de que a existência de uma práxis educativa antirracista e, portanto, a concretização plena da Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/08 passa necessariamente pela formação dos agentes da escolar, em particular dos professores e gestores da escola básica. Pesquisas interventivas (Pereira, 2019, 2021, 2023) desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), da Universidade do Estado da Bahia que versam sobre o racismo na Educação de Jovens e Adultos (Santos, 2019; Pereira, Santos, Souza, 2020; Santos, Pereira, 2022; Pimental, Pereira, Machado, 2023), demonstram que a presença de conhecimentos sobre a história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é dependente da visão racista ou não racista do professor; portanto, o trabalho pedagógico

* Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia, professor e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos. Editor Científico da Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos (RIEJA), UNEB. E-mail: antonyopereira@yahoo.com.br

com estes conteúdos resulta não apenas de ensinar o professor tais conhecimentos e suas práticas, mas sobretudo, uma formação conscientizadora que possibilite a ele modificar sua representação social sobre o negro e ser negro na sociedade brasileira, valorizando história e cultura afro-brasileira. Tal formação é urgente, pois esse professor também precisa ser ver como negro, portanto, não pode legitimar com suas práticas pedagógicas o racismo na escola.

Estas questões se refletem de maneira mais acentuada na Educação de Jovens e Adultos (EJA), porque aglutina pessoas que foram expulsas da escola (Freire, 2000) e que, ao retornarem, não têm garantida a sua aprendizagem, sendo um dos motivos, o currículo escolar que, com um tempo pedagógico diferente, se mostra muitas vezes arredo a conhecimentos fundantes na vida dos sujeitos da EJA, por exemplo, os da história e cultura afro-brasileira e africana, soma-se a isso, a ausência de formação continuada dos professores da EJA para o trabalho com as questões étnico-raciais. Tudo isso tem relação direta com a descolonização do currículo escolar em “relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigados em nossa cultura, política e educacional em nossas escolas e na própria universidade.” (Gomes, 2023, p.100).

Defendemos uma Educação de Jovens e Adultos antirracista, descolonizada, portanto, efetivamente seja lugar de aprendizagens da história e cultura afro-brasileira. E não podemos esquecer que a nossa luta também está direcionada à inserção efetiva do ensino da história e cultura dos povos indígenas, primeiros habitantes do Brasil, que também sofrem um processo de apagamento de sua história e cultura e de genocídio. Neste aspecto, foi fundamental a Lei n.º 11.645/08 que alterou a Lei 10.639/03 para incluir a história e cultura dos povos indígenas no currículo escolar, como conhecimentos fundantes para uma sociedade menos desigual.

A valorização material e simbólica do povo negro e indígena no currículo escolar se caracteriza como um processo de valorização da subjetividade do povo negro e indígena, tornando a escola um espaço em que estes sujeitos aprendam a potencializar suas lutas coletivas, exercendo uma práxis transformadora em que a realidade é tomada como elemento de reflexão e mudança. O currículo da EJA precisa assumir tal valorização, no exercício de uma práxis pedagógica que garanta a conscientização e aprendizagem de conteúdos étnico-raciais para todos os sujeitos da EJA.

Esta práxis, lembramos que foi pensada pelos paladinos do movimento negro do país, em particular da Frente Negra Unificada (FNB), como Abdias Nascimento, Aguinaldo Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, quando propuseram a “criação de uma escola e cursos noturnos de alfabetização de jovens e adultos negros”, bem como: “fundaram o Teatro Experimental do Negro (TEN) em protesto contra a falta de artistas negros nos palcos brasileiros. Além de criar escolas de atores, o TEN também publicou o jornal Quilombo, ofereceu aulas de alfabetização e de iniciação cultural, estratégias organizativas e formativas da população afro-brasileira [...]”. (Paula, 2023, p. 109). Não podemos esquecer também das paladinas do Movimento de Mulheres Negras, como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Nilza Iraci dentre outras, que impulsionaram no país diversos movimentos e ações de resistência contra o racismo e o sexismo. É reflexo desta luta a fundação do Grupo Palmares (RS), Grupo Evolução (SP), Instituto Geledés (SP), Bloco Afro Ilê Ayê (BA), Grupo Nego (BA) etc. (Rodrigues; Prado, 2010).

As bases de contestação e práxis já foram lançadas, nos cabe agora continuar a luta contra o racismo em todas as esferas da vida cotidiana. Este dossiê reflete tal luta quando difunde conhecimentos referentes ao racismo na sociedade e educação, bem como difunde e incentiva práticas exitosas no ensino da história e cultura afro-brasileira, africana na Educação

de Jovens e Adultos. Neste sentido, os organizadores deste dossiê, como a Prof^a. Dra. Carla Liane Nascimento dos Santos (UNEB), o Prof^o. Dr. Adilson Meneses da Paz (IFBA) e o Prof^o. Dr. Luis Carlos Ferreira dos Santos (UEFS), estão de parabéns pelo empenho na publicação desta temática, vocês são filhas e filhos de fé, coragem, esperança dos arautos e paladinas do movimento negro do país, que agora, com muita bravura, levam essa luta avante, este dossiê é a prova viva desta assertiva.

O editor científico da RIEJA é grato aos organizadores e aos autores dessa edição composta por dez textos, vocês são brilhos.

Uma boa leitura!
O Editor da RIEJA

REFERÊNCIAS

- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20currículo.pdf. Acesso em: 9.11.23.
- PAULA, Cláudia Regina de. O protagonismo negro: o movimento negro na luta por uma educação antirracista. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 105-120, jul./dez., 2009. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/11/11>. Acesso em: 08.11.2023.
- PIMENTEL, Celeste Aparecida ; PEREIRA, Antonio ; MACHADO, Célia Tanajura . Nós temos racismo sim, deveríamos agir contra e não só discutir: o currículo praticado e as questões étnico-raciais na escola. **Linhas** (Florianópolis. Online), v. 24, p. 124-153, 2023. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/24083>.
- SANTOS, Juliana. G; PEREIRA, Antonio. As questões étnico-raciais na educação e docência em prisões: percepção docente em intervenção pedagógica. **Aprender: Caderno de Psicologia e Filosofia da Educação**, v. 2, p. 36-56, 2022 disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/11344>.
- PEREIRA, Antonio. **Pesquisa de intervenção em educação**. Salvador: EDUNEB, 2019.
- PEREIRA, Antonio. Pesquisa interventiva nos mestros profissionais em educação: fundamentos e possibilidade práxica. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 6, n. 12, p. 37-52, 2021. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8069/3633. Acesso em: 22 dez. 2021.
- Pereira, Antonio. Pesquisa Prática e Pesquisa Aplicada em Educação: Reflexões epistemo-metodológicas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, 20, 10598. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/10598>. Acesso em: 15.12.23
- PEREIRA, Antonio; SANTOS, Dione; SOUZA, Nadir. A educação em prisões e os conteúdos étnico-raciais: uma reflexão a partir do projeto a cor do Brasil. **RIEJA - Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 02, p. 148-161, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/8943/0>.
- RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicol. Soc.** 22 (3) • Dez 2010 . <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000300005>.
- SANTOS, Nitevaldo Eloi. Ressignificando a África e a cultura afrobrasileira: uma pesquisa de intervenção na EJA no Centro Estadual de Educação Magalhães Neto. 2019. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA) - Universidade do Estado da Bahia, 2019.